

Desenvolvimento Rural, Patrimônio Cultural e Novas Relações de Gênero: a Experiência Agroecológica e as Recentes Dinâmicas de Desenvolvimento Rural

Adilson Tadeu Basquerote Silva, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Rosemy da Silva Nascimento, Professora Dra., Programa de Pós Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Gláucia de Oliveira Assis, Professora Dra., Programa de Pós Graduação em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC

Resumo

A dinâmica do desenvolvimento capitalista vem determinando transformações nas condições de reprodução de capital, da força de trabalho e na forma de produzir da agricultura familiar, tornando-a um espaço social cada vez mais complexo. Neste cenário, a agricultura familiar de base agroecológica vem sendo considerada, entre outros aspectos, uma alternativa desenvolvimento rural, de geração de renda, de fixação das populações no campo, de ampliação das relações sociais, de promoção de equidade de gênero e de manutenção do patrimônio cultural, à medida que melhora as condições de vida e de trabalho de seus envolvidos, promove novas relações sociais e de gênero e permite o uso de técnicas tradicionais de cultivo. Neste contexto o trabalho objetiva analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) do município de Atalanta (SC), como a agroecologia proporcionou desenvolvimento rural, geração de renda e ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base na coleta de dados por meio de observação participante e entrevistas não estruturadas realizadas com homens e mulheres, membros da Associação. Os dados indicam a agroecologia no âmbito da APASF como uma fonte segura de renda e que por meio desta, novas relações sociais e de gênero foram estabelecidas. Além disto, possibilitou a preservação do patrimônio cultural dos envolvidos ao permitir o resgate e o uso de técnicas de cultivo e de transformação de produtos praticadas por seus antepassados.

Palavras-chave: Agroecologia. Patrimônio Cultural. Gênero. Desenvolvimento.

Introdução

Historicamente a agricultura familiar representa uma fonte de renda para milhares de agricultores/as que no trato da terra buscam o sustento para a família. No Brasil, desde a década de 1960, as pequenas propriedades vêm passando por significativas mudanças de natureza demográfica, econômica, social e cultural. Percebe-se entre outros aspectos, um envelhecimento da população rural, desinteresse das populações envolvidas em permanecer no campo e em especial os mais jovens, além de uma atuação cada vez maior das mulheres em todas as etapas da produção, comercialização e gestão do excedente.

O processo de modernização da agricultura brasileira objetivou transformar a agricultura de insumos tradicionais em agricultura de insumos modernos. Esse processo, em geral, não considerou a organização, a capacidade e os limites dos ecossistemas locais, a forma de organização e os conhecimentos tradicionais das populações envolvidas. No entanto, a agricultura familiar resiste buscando formas de manter as relações de produção, a sucessão geracional e gerar excedente mínimo para a subsistência de seus membros.

O termo agricultura familiar, apesar de controverso, ganha legitimidade a partir dos anos 90 mediante um processo que envolve questões políticas e acadêmicas. Conforme indica Schneider (2003), no campo político, o termo emerge como categoria utilizada pelos movimentos sociais no campo vinculados ao sindicalismo rural, ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo o autor, estas organizações se valem do termo para defenderem seus interesses frente à constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ao longo da década de 90, o termo passou a agrupar um amplo leque de movimentos que reivindicavam políticas de preços e crédito diferenciados para os agricultores familiares. Posteriormente, o termo passa a ser legitimado pelo Estado ao ser incorporado legalmente e institucionalmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, no qual, foram criadas políticas de crédito específicas para este setor.

No cenário acadêmico, estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1998) conferem e dão visibilidade a esta forma social de agricultura. De acordo com Schneider (2003), estes estudos revelaram que a agricultura familiar corresponde a uma forma de organização social legitimada e reconhecida em grande parte dos países desenvolvidos, onde o trabalho da família assume importância decisiva na estrutura agrária.

Tamanha é a importância da agricultura familiar que ela é a principal responsável pela produção de alimentos de subsistência, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais no campo (SPANVELLO, 2008). Neste sentido, Costabeber e Caporal (2003) defendem que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Com sentido similar, Abramovay (1998) considera existir três atributos importantes na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na sua definição “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (p. 146). Família, trabalho e gestão também são considerados essenciais na definição de Lamarche (1993, p. 15) quando afirma que “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família”. Para ela, agricultura familiar, conjuga “a ideia de uma identidade entre família exploração” (p. 18).

De maneira análoga, Wanderley (2001, p. 25), afiança que a agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Segundo ela, a conjugação dessas duas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequência fundamental na forma como ela age econômica e socialmente.

Por suas características históricas, o território catarinense abrange inúmeros agricultores/as familiares. Desde o processo de colonização, sua base da produção agrícola foi pautada na pequena propriedade familiar e mesmo com o intenso processo de transferência de população do campo para a cidade, o Estado permaneceu com uma população dedicada à agricultura vivendo próxima a pequenas cidades, numa relação rural-urbano, como destacado por Wanderley (2011), Veiga (2004), entre outros.

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, das 193.668 propriedades agrícolas do estado, 168 mil foram classificadas como estabelecimentos de caráter familiar, somando 87% do total. Deste modo, o Estado aparece como destaque no percentual total de agricultores/as familiares em detrimento a outros Estados. Ressalta-se que estes 87% de estabelecimentos detêm apenas 44% da área do estado e produzem o equivalente a 67% do valor bruto de produção dos estabelecimentos agropecuários do Estado. No que tange a estrutura fundiária, predominam estabelecimentos de pequenas dimensões, onde 65% das propriedades possuem áreas

inferiores a 20 hectares e 69,3 mil estabelecimentos possuem menos de 10 hectares, o que corresponde a 36% do total. Neste ano, eram 570 mil pessoas que exerciam atividades laborais nos estabelecimentos agropecuários catarinenses.

Neste cenário, no Estado de Santa Catarina é crescente entre os/as agricultores/as familiares a parcela de famílias que buscam alternativas produtivas diferentes do sistema convencional. Na literatura que trata sobre agroecologia os/as agricultores/as convencionais são aqueles/as:

que aderiram ao modelo produtivista estimulados pelas políticas de modernização da agricultura iniciadas nos anos 1960, conhecida como Revolução Verde. Algumas características dos agricultores convencionais são o uso de insumos industriais, as monoculturas, uniformização genética e, geralmente, a subordinação a uma empresa que comercializa seus produtos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 65).

Entre os sistemas produtivos na agricultura familiar vem se destacando a agroecologia, que para Caporal, Costabeber (2004), é uma junção da ecologia com a agronomia, que leva em consideração a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural. Corroborando com esses autores, Gliessmann (2001) defende que ela busca desenvolver uma agricultura ambientalmente adequada, que valoriza o conhecimento local dos/as agricultores/as, a socialização desses conhecimentos e sua aplicabilidade como objetivo comum à sustentabilidade. Deste modo, agroecologia incorpora ideias que vão além das fronteiras convencionais, e

[...] constitui uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla. Os sistemas produtivos são concebidos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo [...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais (ALTIERI, 1989, p.18).

Neste sentido, a agricultura de base agroecológica é apontada como uma estratégia de desenvolvimento rural, com vistas à diversificação e à dinamização do setor agrícola, bem como uma forma de proporcionar maior agregação de valor e geração de excedente aos/as pequenos/as produtores/as familiares. Nesse contexto, torna-se essencial a efetiva participação de todos os membros da família no processo produtivo, visto a intensidade do uso de mão de obra, o que abre espaço para a efetiva participação da mulher na produção, comercialização e gestão do excedente.

Numa perspectiva histórica, a análise de gênero em espaços rurais, sinaliza a cristalização de práticas de subordinação e sub-valorização do trabalho feminino em virtude

de considerá-lo uma ajuda ao trabalho que pertence ao homem. Assim sendo, posiciona-se a mulher a condição de membro da família não remunerado e com atuação invisibilizada. (PACHECO, 2002; PAULILO, 1987; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Em contexto semelhante, Melo e Di Sabbato (2005) afirmam que o trabalho feminino na agricultura familiar é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. São de sua responsabilidade o quintal, a horta, os serviços domésticos, ou seja, atividades de reprodução. De forma inversa, para o homem cabe a posição de provedor do estabelecimento.

Quanto à coordenação do trabalho nos estabelecimentos rurais, Moura (1978), Heredia (1979) e, Woortmann e Woortmann (1997), explicitam que o trabalho é coordenado pelo homem, que assume o papel de chefe do processo produtivo. Cabe a ele transmitir no próprio trabalho as dimensões simbólicas e educativas da agricultura familiar. Nesta perspectiva, Woortmann (1995, p. 11), afiança que “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis”. Segundo a autora, o homem “é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho e a família. Esse saber é transmitido à força do trabalho, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como “conhecedores plenos” (IBID., p. 13)”.

Aprofundando as discussões acerca das relações sociais construídas no meio rural por meio da divisão social do trabalho, Paulilo (1987) ao descrever a organização interna das atividades agrícolas em comunidades do Estado de Santa Catarina e da Paraíba constatou que independente do caráter e esforço despendido, se feito por mulheres, geralmente é considerado “trabalho leve” e possui menor valor de remuneração. Para ela:

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (p. 7).

Contata-se nesta ótica, que o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. (IBID, p. 7). Complementando na mesma perspectiva, Sampedro Gallego (1996) ao avaliar as diferenças de subordinação entre os filhos homens e as filhas mulheres em relação às ordens do pai, considera que para os filhos homens a situação é provisória, pois futuramente eles se tornarão os chefes de família. Ao passo, que para as filhas mulheres, esta

será uma condição permanente, à medida que solteiras, são consideradas ajudantes do pai e quando casadas tornar-se-ão ajudantes do marido. Evidenciando assim, a eterna condição de ajudantes familiares e invisíveis do ponto de vista social.

Neste contexto, este estudo objetiva analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro do município de Atalanta (SC), como a agroecologia proporcionou a geração de renda e ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas.

O percurso metodológico – percorrendo os caminhos da APASF.

A Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) fundada em 1996, situa-se nas comunidades de Alto Dona Luíza e Santo Antônio no município de Atalanta (SC), localizado a aproximadamente 200 km de Florianópolis. De colonização alemã e italiana, é um município essencialmente agrícola e sua estrutura fundiária caracteriza-se pela presença de agricultores/as familiares com propriedades que variam entre 10 e 50 hectares (KRAEMMER, 2000).

O extrativismo de madeira representou o primeiro ciclo econômico do município e paralelamente a agricultura de subsistência contribuía para a exploração do solo. O fim da matéria prima para as madeireiras coincidiu com a chegada da Revolução Verde¹, que trouxe a mecanização e os insumos químicos para a agricultura. Neste cenário, no início dos anos de 1990, as primeiras propriedades iniciam a experiência de cultivo agroecológico.

Inicialmente os produtores viviam em constantes incertezas, visto a dificuldade de transição do sistema convencional para o agroecológico. Não havia um sistema articulado de comercialização específico para o setor, bem como técnicas específicas que norteassem as atividades diárias e resolvessem os problemas decorrentes (BASQUEROTE SILVA, 2013).

Em seu estudo, Basquerote Silva (2013) descreve que a Associação se tornou referência na produção de base agroecológica no Alto Vale do Itajaí, SC e para outros/as produtores/as e associações, por apresentar, manter e desenvolver técnicas de cultivos peculiares, integrarem-se a um sistema de comercialização competitivo, possuir uma organização interna estruturalmente organizada com marcante presença feminina, contar com uma produção diversificada e permanente, ser referência municipal e regional na produção e

difusão do sistema agroecológico. Ademais, a Associação possui participação feminina marcante nos cargos de direção.

A trajetória da Associação se constitui em fracassos e sucessos. Famílias entrando no sistema, outras saindo. Atualmente ela é composta por 15 membros, sendo oito mulheres e sete homens, distribuídos em sete famílias. Destas, em quatro delas, os filhos migraram ou moram em casa, mas exercem atividades no setor secundário ou terciário, enquanto os pais permanecem sozinhos na atividade agroecológica. Em uma propriedade atuam a mãe, viúva, e o filho solteiro; em outra, a mãe e a nora; e em numa última, o casal e dois filhos homens. Os dados evidenciaram que na totalidade, as filhas mulheres migraram da agricultura. A Associação, integrada a Rede de Certificação Ecovida², realiza reunião ordinária sempre na primeira segunda feira do mês de forma itinerante nas propriedades.

Nesse espaço empírico desenvolveu-se um estudo de caso (YIN, 2001), de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; ALVES-MAZOTTI, 1998), por apresentar tentativa de compreensão detalhada dos significados e características de situações apresentadas pelo investigador, os quais são os principais coletores dos dados. Consiste em um estudo de caráter etnográfico (LAPLANTINE, 1993) cujo pressuposto é identificar os atributos de gênero diante da questão da transição agroecológica, dos rearranjos familiares e da manutenção das relações produtivas no campo, junto à APASF em Atalanta (SC).

Os dados coletados no primeiro semestre de 2015 recorrendo-se a observação participante e entrevistas semiestruturadas³ com 11 membros (homens e mulheres) desta Associação. Os registros da observação participante visaram descrever e compreender o que estava ocorrendo em determinadas situações nas propriedades visitadas e reuniões da APASF. Posterior à obtenção dos dados, os mesmos foram analisados utilizando os procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2011), entendida como uma metodologia de análise de dados de informação de natureza qualitativa, que objetiva produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos.

As mulheres e as relações produtivas e familiares na ASPAF

Falta de perspectiva e desestímulo em continuar a cultivar a terra. Este era o contexto na década de 1990, em que algumas famílias no pequeno município de Atalanta- SC, cansadas de sucessivas safras inexitosas e problemas de saúde relacionados ao uso de defensivos sintéticos, resolveram experienciar um modelo alternativo de produção agrícola, a

agroecologia. A fala de Rosa trouxe à baila o contexto da agroecologia na propriedade e os motivos que fizeram a família optar por este segmento. Segundo ela, a proposta foi recebida com precaução. Afinal, trabalharam a vida toda da mesma forma, e a mudança gerou insegurança:

Meu marido estava com problemas de saúde devido aos venenos. Nós não víamos mais perspectiva de lucro. Mas também não queria sair pra cidade, conhecemos todo mundo aqui, temos nossas coisas, nossa casa que com suor do trabalho conseguimos adquirir. Mas as safras não davam lucro e a gente estava desanimado. Foi então que surgiu a proposta de produzir na agroecologia e eu disse que essa era nossa chance de mudar de vida, de virar a página. Mas a gente não sabia como ia ser. Eu sabia que se fosse pra produzir coisas como a minha Oma (como são chamadas as avós nas regiões de colonização alemã) fazia eu tinha certeza que a gente ia se dar bem (Rosa, 53 anos).

Na adesão à agroecologia e na criação da Associação teve fundamental importância feminina. Elas propuseram aos seus maridos a adesão ao novo sistema e os convenceram de que esta poderia ser a saída para manter as relações produtivas no campo e não terem que abandonar a agricultura. Ademais preservariam o patrimônio cultural por meio da manutenção das técnicas de cultivo e de transformação dos produtos adquiridos de gerações anteriores. No entanto, não poderiam trabalhar individualmente. Foi necessário que se quebrassem velhos paradigmas da agricultura como a ampliação da visibilidade do trabalho feminino (PAULILO, 1987; WOORTTMAN, 1995; CARNEIRO, 2001). Simão destacou a importância que as mulheres tiveram para que a associação se concretizasse e para que pudessem adotar o sistema agroecológico, manter e resgatar técnicas de seus antepassados.

Eu não acreditei que ia dar certo a gente mudar pra agroecologia. Aceitei por que não via outra forma de nós se manter na roça produzindo e por que a Rosa insistiu muito. Eu estranhei muito esta coisa de combinar com outras pessoas o que plantar, vender, etc. Eu estava acostumado a mandar sozinho em tudo. Era eu quem decidia o que plantar, a hora de colher ou vender. Agora a gente ter que ser parceiro das outras famílias, antes, parece que a gente competia. Outra coisa que mudou foi a maneira que como a gente trabalha. Nós aprendemos que o moderno era passar veneno, usar máquinas e que produto bom tinha que ser comprado. Agora fazemos as coisas do jeito dos antigos e isso é que tem valor e parece moderno. (Simão, 60 anos).

Ainda na perspectiva da atuação feminina na APASF e do resgate de técnicas dos antepassados, os depoimentos revelaram mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações, e da atual valorização dos seus conhecimentos. A saber:

Minha vida mudou muito depois que mudamos para agroecologia. Eu nunca imaginei que pudesse me tornar mais independente. Eu fui criada para ser a esposa. Como a gente morava no interior e não podia estudar mais que a quarta série, aprendi que deveria ser uma boa dona de casa e ajudar o marido na roça. Hoje eu vejo de uma forma diferente. Não me considero ajudante dele. Nós dois somos os responsáveis sobre tudo o que acontece na propriedade, inclusive sobre o dinheiro, sobre o que comprar ou vender. Onde gastar. Percebo que em minha casa as coisas mudaram bastante e meu marido também percebeu isto. Em outras casas vejo que ainda existe certa resistência dos maridos neste sentido. Mas uma coisa é certa: agora o que a gente faz é valorizado. Minhas geleias estão famosas. Sigo a receita da minha Oma e na horta plantamos como os antigos faziam. (Marisete, 54 anos).

A mudança no modo de se relacionar com a sua realidade, não foi percebida apenas por elas. Os maridos também perceberam o empoderamento⁴ gradativo que suas esposas foram adquirindo ao longo do tempo. Os relatos evidenciam que eles também consideram positiva esta mudança. Manoel afirmou:

Minha mulher não é mais a mesma. Ela hoje conversa com todo mundo, entende mais as coisas. Nós temos uma relação de igual pra igual. Ela está mais disposta. Eu percebo que com a agroecologia ela se sente mais importante por que as pessoas fazem com que ela se sinta assim. No dia de feira, se ela não vai, os clientes já ficam perguntando o que aconteceu. Quando vem as pessoas visitar a nossa propriedade, ela até se arruma um pouco e vai recebendo o pessoal. Quando recebe um elogio sobre as suas geleias, ela fica toda boba. Gosto de ver ela assim, satisfeita com o que faz. Nem doente ela fica mais. Até eu mudei o jeito de tratar ela (Manoel 47 anos).

Os depoimentos evidenciaram também a percepção que as mulheres têm de seu trabalho na agroecologia. Para elas a mudança na forma de cultivar, por meio de métodos tradicionais, também alterou a forma como seu trabalho passou a ser reconhecido dentro e fora das propriedades. Ao serem indagadas sobre quem gosta mais da agroecologia, elas ou seus esposos, as respostas foram unânimes: são elas. Dentre os motivos destacados está a visibilidade que o trabalho ganha. Neste sentido, Elisa afirma:

Eu sempre gostei mais da agroecologia do que o Paulo. Eu era a responsável pela horta e fazia as geleias aqui para nossa casa. Agora parece que meu trabalho aparece mais, tem importância. Antes eu não me achava importante por que parece que eu ajudava o Paulo, agora não. Como sou eu quem faço as geleias, ele é que me ajuda, por que parte da nossa renda vem delas e ele teve que aprender a respeitar isso. Agora às vezes parece que está invertido, ele é que me ajuda. Sei que esta mudança incomoda o Paulo. Eu até entendo, por que ele foi

criado de outro jeito. Mas ele sabe que nossa vida mudou pra melhor. Que agora temos renda de maneira mais tranquila e a maior parte vem das geleias que eu fazia desde que eu era solteira. Ele sabe que a gente só tá na roça porque eu insisti pra nós experimentar a agroecologia e porque eu já conhecia umas técnicas que nós usamos agora. (Elisa, 62 anos).

Corroborando com a fala de Elisa, Ana expõe o que mudou na sua autopercepção em relação a sua vida após adotar a agroecologia e fazer parte da APASF.

Antes de fazer parte da Associação, minha vida era o serviço da roça e o de casa e às vezes passear na casa dos parentes, ir na missa. Dependia da vontade do marido para ir pra qualquer lugar. Agora não. Eu aprendi a dirigir, quando quero ir a algum lugar combino com ele e vou. Temos conta em conjunto, vou no banco, converso com outras pessoas, faço cursos que me interessam. Se eu vejo algo que eu gosto pra mim, pra casa, eu compro. Agora parece que a produção é nossa. Antes parecia que era dele. Parece engraçado, por que o que faço agora é o que eu via meu pai e meus irmãos fazerem. Não posso reclamar do meu marido, mas as coisas estão muito melhores agora. (Ana, 70 anos).

Cabe aqui destacar que a inserção das mulheres rurais no campo político (sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos) tem possibilitado um aprendizado coletivo (SPANVELLO, 2008). Em contexto semelhante, Basquerote Silva (2013) destaca que o contexto da APASF é um exemplo, que circular no espaço público, em viagens, a participação em feiras, entre outros, transitar para além dos limites da propriedade são processos importantes para maior igualdade de gênero no campo, à medida que permite a elas descortinar a esfera pública e vivenciar diferentes realidades. Neste sentido, não é apenas a agroecologia o fator catalisador das mudanças para as mulheres do campo em Atalanta, ou em outras regiões. Deste modo, embora predominem assimetrias nas relações entre mulheres e homens no campo, têm ocorrido processos de mudança.

Dentre os fatores condicionantes de alterações nas relações de gênero na APASF estão as feiras, onde elas sempre fora atuantes. Para elas participar da agroecologia proporcionou um espaço para mostrar à sociedade o que elas eram capazes de produzir e a forma como produzem. As conversas explicitaram que elas têm consciência da visibilidade e da contribuição que seu trabalho tem dentro e fora de suas propriedades, quando relatam situações que acontecem nos pontos de venda (feiras):

A feira foi uma grande mudança na minha vida. Antes eu só trabalhava na roça e vinha pra casa, cuidava dos bichos, tirava o leite, conversava com alguém diferente quando ia à missa ou ia pra cidade. Minha rotina era essa. Hoje não. Eu saio de casa, converso com outras pessoas, sei dos assuntos, vejo como os outros se comportam, se vestem, tenho amigos que nunca imaginei ter. Me sinto

gente. Gosto do que eu faço e vejo que as pessoas valorizam isso. No começo foi estranho porque eu achava que as coisas que eu fazia não eram boas. As receitas que uso aprendi com minha mãe, que aprendeu com a minha oma e assim por diante. Por causa da feira, até fiz uma conta no facebook e tenho email. Meus clientes me mandam mensagens, fazem encomendas e isso facilita meu trabalho porque posso levar separado o que eles querem e desse modo não preciso pesar na hora da venda, por exemplo. (Rosa, 50 anos).

A participação das mulheres na feira também é percebida pelos homens. O relato de Paulo traz a tona o contexto da feira onde atua junto com Rosa, sua cunhada:

Nossos clientes gostam de ser atendidos pela Rosa. Ela é simpática, agradável, conhece bem os produtos e conhece até receita para ensinar. Antes da agroecologia ela era diferente. Eu sei por que somos parentes. Ela conversa com os clientes sobre vários assuntos, como saúde, economia, meio ambiente, relações de gênero, entre outros. Até aprendeu informática pra se comunicar com os fregueses. O dia que ela não vai, os clientes ficam perguntando o que aconteceu com ela. Minha mulher não vem comigo na feira, prefere ficar em casa cuidando das coisas por lá. Ela é mais tímida, mas garanto que se participasse da feira iria ser desinibida. (Paulo, 45anos).

O cenário descrito anteriormente avaliza as constatações de Basquerote Silva (2013), Lovato et al. (2010), Shaaf (2001), entre outros, quando afirmam que a organização e participação das mulheres rurais tem se ampliado, à medida que passam a ser atuantes, não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também associações e grupos de produção que desenvolvem experiências produtivas alternativas em nível das propriedades, como: na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações, entre outros; gerando empoderamento.

Assim sendo, a participação na APASF representou uma mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações e oportunizou vivenciar outras experiências. Ana afirma:

Eu antes parecia um bicho do mato, não sabia conversar, tinha medo do que as pessoas falavam ou achavam de mim. Não falava em público. Aos poucos fui mudando. Até que um dia a associação foi escolhida entre muitas outras para representar a agroecologia em um seminário onde tinham pessoas do Brasil inteiro. Ninguém queria ir e eu disse pra Rosa, se tu ir comigo eu vou. Era só gente de empresa, engravatado e a maioria homens e nós umas pobres coitadas, de unha manchada de terra, de mãos grossas de lidar com as ferramentas. Eu até já tinha ido em palestra, mas geralmente eram os homens que falavam. Quando chegou a nossa vez de falar, parece que o meu coração ia sair pela boca. E nós

subimos no palco e falamos o que tinha que falar do nosso jeito. Quando terminamos, a plateia nos aplaudiu de pé. Desse dia em diante eu pensei: eu posso, eu sou importante, eu tenho valor e o que eu faço também. (Ana, 70 anos).

Constatou-se, que as experiências vividas pelas mulheres na APASF evidenciam que para que as mulheres possam resignificar os espaços domésticos precisam desconstruir primeiro as imagens construídas de si e que foram impostas pelo conjunto da sociedade e por elas assimiladas e reproduzidas e, então, buscar a uma maior autonomização das formas de sujeição pelo contrato sexual, pela cultura, etc. Romper no dia-a-dia e libertar-se desse modelo hegemônico de feminilidade, onde a mulher deve ser doce e passiva e muitas vezes assexuada, é um grande desafio, pois é uma luta contra essas identidades naturalizadas consideradas fixas, acabadas e impostas, apresentadas ao longo da história como naturais.

No entanto, a inserção em atividades que envolvem eventos externos, ministrar palestras, cursos entre outros, não se apresenta como uma realidade a todas as mulheres que compõem a APASF. Algumas delas são mais inibidas ou ainda não se consideram hábeis para tal.

Considerações finais

O presente estudo objetivou analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro do município de Atalanta (SC), como a agroecologia proporcionou desenvolvimento rural, geração de renda e ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas. Nele foi possível identificar a participação das mulheres agricultoras familiares de base agroecológica na formação, existência e permanência da APASF e na manutenção do patrimônio cultural destas famílias. Além disso, perceber a posição que as mulheres tiveram em toda a trajetória da associação, bem como as mudanças decorrentes deste processo para os homens e para elas.

Percebeu-se que para estes/as agricultores/as familiares, a agroecologia tem se mostrado uma alternativa viável e promissora, pois tem possibilitado agregação de valor à produção, geração de excedente, maior autonomia produtiva e qualidade de vida dos envolvidos. A formação da associação foi um esforço coletivo de homens e mulheres na busca da permanência no campo e de manutenção dos saberes adquiridos das gerações passadas.

Evidenciou-se que a adoção do sistema agroecológico de produção resultou em mudança na forma como as próprias mulheres concebiam sua vida e a partir daí, redefiniram

sua posição e sua importância na sociedade por meio do empoderamento gerado a partir da emancipação e da visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos. Suas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas.

A análise também revelou haver relações de gênero mais equilibradas a partir da adoção da agroecologia e a criação da APASF. Neste cenário, as mulheres que antes exerciam atividades em quase todas as esferas produtivas da propriedade, mas eram consideradas responsáveis por aquelas de caráter reprodutivo, deixaram de atuar apenas como ajudantes do trabalho de seus esposos. Elas tornaram-se protagonistas e sujeitos do processo produtivo e participam das decisões a serem tomadas nas propriedades e na Associação. Assim sendo, seu trabalho saiu da invisibilidade e se revelou com uma importante fonte de renda para a família. Além disso, constatou-se mudanças na forma como os homens passaram a perceber as suas companheiras, considerando-as não mais como ajudantes na produção, mas como responsáveis do processo assim como eles.

Há que se destacar que para estas mulheres, fazer parte da APASF representou muito mais do que uma fonte renda, denotou participar de um mundo antes apenas idealizado ou vivido por seus esposos, pais e irmãos. Permitiu avançar para além da esfera privada e participar de atividades que ultrapassam o trabalho doméstico ou da lavoura, da realidade vivida cotidianamente, das relações unicamente familiares; oportunizou descortinar a esfera pública por meio da vivência com realidades distintas das suas, na participação em congressos, dias de campo, cursos, palestras, feiras, seminários, viagens, entre outros.

Ademais, evidenciou-se que, por iniciativa feminina, estas famílias mantiveram relações produtivas no campo. Comprovou-se que em virtude dos problemas enfrentados no sistema convencional de cultivo, havia o desejo de abandonar o meio rural e a tendência de não considerar o campo como um lugar de oportunidades. No entanto, a adoção da agroecologia possibilitou a estas famílias e, em especial às mulheres, além da permanência nas atividades agrícolas mantendo vivos os saberes de seus antepassados, a ampliação das relações sociais, em virtude do contato com realidades políticas, intelectuais e sociais distintas das vivenciadas até então.

Certamente muitos são os desafios a serem rompidos por estas mulheres, mas é inegável a sua ascensão como protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar e que elas promoveram rearranjos familiares, valorização do patrimônio cultural, autonomia econômica, política e social. Por fim, as ações desenvolvidas na APASF demonstram importantes avanços construídos na busca da promoção de igualdade entre

homens e mulheres no meio rural, evidenciando que quando as relações de gênero se equilibram, o mesmo ocorre com as relações de poder.

Notas

¹ “[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo a três culturas importantes (arroz, milho e soja) largamente cultivadas em países em desenvolvimento” (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 454-455).

² Rede de composta de agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. Ela reúne as associações ou grupos de produtores agroecológicos e certifica a produção dentro deste sistema

³ O nomes e as utilizados na transcrição das entrevistas são fictícios e as idades abrangentes como forma de manter o anonimato dos entrevistados. Na transcrição das entrevistas, respeitou-se ao máximo a originalidade das falas dos/as entrevistados/as.

⁴ Conforme observa Assis (2004), o termo empoderamento (empowerment) é utilizado por feministas e estudiosas da questão de gênero para referir-se mais ao processo de maior participação das mulheres na esfera pública principalmente política: partidos, sindicatos, associações.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões**. Brasília: Unesco, 1998. 101 p. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em: 01 maio. 2014.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UCITEC/UNICAMP, 1992.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. A Participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. In: *Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais do feminismo*. Florianópolis. **Anais ...**, Florianópolis: UFSC, 2013.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 1994.

CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.) et.al. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul**. Santa Maria, UFSM, 2003. p.157-194.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agriculturas de base ecológica. In: _____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. cap. 3, p. 7-11.

GLIESSMANN, Stephan.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRAEMER, Osvaldo. **Atalanta, Nossa História**. Atalanta: 2000. 61p.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LAMARCHE, Hugges. (Coord.). **A agricultura familiar: Comparação internacional – Do mito à realidade**. v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. (Coord.) et al. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LOVATTO, Patricia et al. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, n. 2, v. 15, p. 191-212, 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des agricultures du monde. Du néolithique à la crise contemporaine**. Paris, Seuil, 1997.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-87.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

MOURA, Margarida Maria de. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 138-161.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987. Disponível em: < <http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2015.

SAMPEDRO GALLEGO, Rosario. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEON, M. A. G. (org.) **El campo, la ciudad**: Sociedad rural y cambio social en España. Madrid: Ministerio da Agricultura, 1996.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de Mulher Rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/seminários/artigos>> acesso em: 21 dez 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista Alasru**, n. 5, 2011, p. 17-45. Disponível <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/ALASRU2010Revista.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001a, p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros parentes e compadres**: colonos do Sul do Brasil e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.